

# Nem gaúchos, nem Lula: estabilidade não muda

A emenda que representava maior risco à estabilidade garantida no texto do substitutivo de Cabral — emenda popular apresentada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul — foi derrotada na sessão de ontem da Sistematização por 64 votos a 29. Embora a votação do inciso I do artigo 6º ainda não tenha sido concluída, as nove emendas restantes não têm praticamente nenhuma chance de serem aprovadas.

Para defender a emenda dos empresários gaúchos, subiram à tribuna Darcy Pozza (PDS-RS) e Fernando Gasparian (PMDB-SP). Gasparian, que além de professor também é industrial e pecuarista, começou seu discurso dizendo que temia ser "mal interpretado", como aconteceu quando defendeu o fim da exigência de diploma para o exercício das profissões que colocam em risco a vida de terceiros.

Gasparian criticou o texto de Cabral, dizendo que a estabilidade é um "pequeno avanço" que pode representar um retrocesso, se inviabilizar a existência das pequenas e médias empresas, como ele acredita que acontecerá.

A defesa do texto de Cabral pelo deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) foi decisiva para a surpreendente vitória dos progressistas. Com o programa do PMDB na mão, Friedrich dirigiu-se a seus colegas de bancada lembrando que ao serem eleitos pela legenda eles tinham assumido compromissos claros com as diretrizes do Partido. "Os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital", leu Friedrich no programa peemedebista sem contudo

conseguir convencer oito peemedebistas.

Além da emenda dos empresários gaúchos, foram rejeitadas duas outras emendas que pretendiam modificar o texto do relator, dos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Antônio Mariz (PMDB-PB). A sessão, que deveria terminar às 20h30min, foi suspensa pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), às 20h10, para que os constituintes pudessem assistir ao pronunciamento do presidente José Sarney pela televisão.

Hoje às 14h30m, continua a votação do inciso I do artigo 6º. Este artigo deve consumir pelo menos mais três reuniões da Sistematização, pois contém 25 incisos e quatro parágrafos, para os quais foram apresentados mais de 600 destaques.

Até chegar ao capítulo referente à ordem social, a votação do substitutivo vinha se realizando praticamente sem conflitos. Agora é a hora de saber quem é quem na Sistematização; os que estão ao lado do trabalhador e os que vão prejudicá-lo. Longe de ser uma profecia, este começo de pronunciamento do deputado Luiz Inácio Lula da Silva — presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e o primeiro a usar ontem a tribuna para defender uma emenda ao artigo 6º — era o testemunho do líder de uma categoria que enfrenta embates diários dentro e fora da Constituinte. Por ironia política, o voto que consolidou a derrota de sua proposição, o de número 47, foi do deputado e empresário Guilherme Afif Domingos (PL/RJ), suplente de Adolfo Oliveira que ontem, es-

trategicamente, esteve ausente.

Além de Afif, o plenário lotado da Câmara dos Deputados, onde se realiza a votação do texto do relator, Bernardo Cabral, registrava a presença de representantes de lideranças patronais. Lula foi ouvido por Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e pelo senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Sua proposta de substituir todo o artigo 6º do substitutivo — que estabelece os direitos dos trabalhadores — pelo artigo 13 do que chamou de "Cabral O" — projeto em que o relator sistematizou todos os substitutos das oito comissões temáticas — foi derrotada por 54 votos contra 38. Não adiantou o líder do PT assegurar ao plenário que esta seria a forma de estabelecer garantias mínimas aos trabalhadores brasileiros, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho por semana.

Depois de um pequeno entrave na Mesa, que resolveu não admitir inscrições contra ou a favor de uma emenda, a não ser que fossem feitas em seguida à exposição da matéria, o deputado Ricardo Izar (PFL-SP), inscrito fora de hora, fez um pronunciamento contrário ao texto de Lula, citando sua família como vítima da estabilidade. Ele assegurou ao plenário, baseado na história da cartanagem de seu pai, instalada desde 1922 em São Paulo, que as micro e pequenas empresas não vão agüentar o "engodo, a mentira e a utopia que é a estabilidade no emprego". Para ele,

indenização progressiva é uma conquista, não o emprego estável.

A segunda emenda defendida na tarde de ontem foi aprovada pelo plenário, incorporando ao substitutivo de Cabral o caput do "Cabral O": "São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social". Este texto é um consenso do movimento sindical brasileiro, segundo assegurou o seu autor, deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF). A votação registrou 92 votos favoráveis contra o desfavorável do deputado e pecuarista Ricardo Flúza (PFL-PE).

Duas horas depois de iniciada a sessão, a terceira emenda a ser votada levou 50 minutos, para ser derrotada por 58 votos contra 35. Pelo resultado, era uma matéria que não interessava nem à esquerda nem à direita, apesar de querer estabelecer pelo menos o princípio da estabilidade no texto constitucional, deixando os detalhes para lei ordinária.

O relator Bernardo Cabral ficou sem entender o porquê da emenda defendida pelo deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), pedindo a substituição do inciso I do substitutivo, pelo inciso I do artigo 7º do texto anterior. "O que se nota no plenário é a total falta de consenso", desabafou Cabral. "Há algumas semanas, o substitutivo I não trazia nenhuma garantia ao trabalhador, agora o querem de volta, porque o II não fala em estabilidade. Não posso retroceder e apoiar esta proposta. Mantendo as atuais disposições para ficar coerente, ainda que sozinho", concluiu.

## VOTAÇÃO DA EMENDA GAÚCHA

PROPOSTA ERA CONTRA ESTABILIDADE

### SIM

**PMDB**  
Carlos Sant'Anna  
Fernando Gasparian  
João Calmon  
José Freire  
José Geraldo  
Milton Reis  
Prisco Viana  
Albano Franco

José Lins  
Luiz Eduardo  
Osvaldo Coelho  
Paulo Pimentel  
Ricardo Flúza  
Sandra Cavalcanti  
Jonas Pinheiro  
José Lourenço  
Ricardo Izar  
PDS  
Darcy Pozza  
Gerson Peres  
Jarbas Passarinho  
José Luiz Maia  
Virgílio Távora  
PL  
Afif Domingos  
PMB  
Antônio Farias

### NÃO

**PMDB** Abigail Feitosa  
Ademir Andrade  
Almir Gabriel  
Aluizio Campos  
Artur da Távola  
Bernardo Cabral  
Carlos Mosconi  
Celso Dourado  
Cid Carvalho  
Cristina Tavares  
Egídio Ferreira Lima  
Fernando B. Coelho  
Fernando Henrique Cardoso  
Fernando Lyra  
Francisco Pinto  
Haroldo Sabóia  
Ibsen Pinheiro  
João Herrmann Neto  
José Fogaça  
José Ignácio Ferreira  
José Paulo Bisol  
José Richa  
José Serra  
José Ulisses de Oliveira  
Manoel Moreira  
Mário Lima  
Nelson Carneiro  
Nelson Jobim  
Nelson Friedrich  
Nilson Gibson  
Osvaldo Lima Filho  
Paulo Ramos  
Pimenta da Veiga  
Raimundo Bezerra  
Renato Viana  
Rodrigues Palma  
Severo Gomes  
Sigmaringa Seixas  
Theodoro Mendes  
Virgildásio de Senna

Wilson Martins  
PFL  
Alceni Guerra  
Antonio Carlos Mendes Thame  
Carlos Chiarelli  
Christovam Chiaradia  
Edme Tavares  
Inocêncio Oliveira  
José Jorge  
José Santana de Vasconcelos  
Mário Assad  
José Thomaz Nonó  
PDS  
Antonio Carlos Konder Reis  
PDT  
Brandão Monteiro  
José Maurício  
Lysâneas Maciel  
PTB  
Francisco Rossi  
Joaquim Bevilacqua  
Ottamar Pinto  
PT  
Luiz Ignácio Lula da Silva  
Plínio de Arruda Sampaio  
PDC  
José Maria Eymael  
PC do B  
Haroldo Lima  
PCB  
Roberto Freire  
PSB  
Jamil Hadad

## VOTAÇÃO DA EMENDA DO LULA

PROPOSTA DEFENDIA ESTABILIDADE

### SIM

**PMDB**  
Abigail Feitosa  
Ademir Andrade  
Almir Gabriel  
Artur da Távola  
Carlos Mosconi  
Celso Dourado  
Cristina Tavares  
Egídio Ferreira Lima  
Fernando Lyra  
Haroldo Sabóia  
Ibsen Pinheiro  
João Herrmann Neto  
José Fogaça  
José Paulo Bisol  
Manoel Moreira  
Mário Lima  
Nelson Carneiro  
Nelson Jobim  
Nelson Friedrich  
Osvaldo Lima Filho

Paulo Ramos  
Pimenta da Veiga  
Raimundo Bezerra  
Theodoro Mendes  
Virgildásio de Senna  
Octávio Elisio  
Vicente Bogo  
Vilson Souza  
PDT  
Brandão Monteiro  
José Maurício  
Lysâneas Maciel  
PTB  
Francisco Rossi  
Gastone Righi  
PT  
Lula  
Plínio Sampaio  
PC do B  
Haroldo Lima  
PCB  
Roberto Freire  
PSB  
Jamil Hadad

### NÃO

**PMDB**  
Alfredo Campos  
Aluizio Campos  
Bernardo Cabral  
Carlos Sant'Anna  
Cid Carvalho  
Fernando Bezerra Coelho  
Fernando Gasparian  
Fernando Henrique Cardoso  
José Richa  
José Serra  
José Ulisses de Oliveira  
Milton Reis  
Prisco Viana  
Renato Vianna  
Rodrigues Palma  
Severo Gomes  
Wilson Martins  
Albano Franco  
Dêlo Braz  
José Tavares  
Marcos Lima  
PFL  
Alceni Guerra  
Aloysio Chaves  
Mendes Thame  
Arnaldo Prieto  
Carlos Chiarelli  
Christovam Chiaradia

Edme Tavares  
Eraldo Tinoco  
Francisco Benjamin  
Francisco Dorneles  
Inocêncio Oliveira  
José Jorge  
José Santana de Vasconcelos  
José Thomaz Nonó  
Ricardo Izar  
Luiz Eduardo  
Jonas Pinheiro  
Mário Assad  
José Lourenço  
Osvaldo Coelho  
Paulo Pimentel  
Ricardo Flúza  
Sandra Cavalcanti  
PDS  
Konder Reis  
Darcy Pozza  
Gerson Peres  
Jarbas Passarinho  
José Luiz Maia  
Virgílio Távora  
PL  
Afif Domingos  
PDC  
José Maria Eymael  
PMB  
Antônio Farias

EUGENIO NOVAES



Lula e Cabral antes da votação

## Acordo foi tentado até o último instante

Nos últimos dias, as lideranças partidárias, os dirigentes das centrais sindicais e os empresários reuniram-se inúmeras vezes para tentar um acordo em torno da estabilidade. Na sessão de votação da matéria, ontem à tarde, os representantes dos trabalhadores e da classe patronal ainda tentaram um entendimento, que esbarrou em dificuldades regimentais. Ao final, tudo voltou à estaca zero, e a matéria acabou sendo decidida no voto.

A primeira votação foi a do Cabral Zero, texto preferido pelo PT, garantindo a estabilidade após noventa dias de trabalho. O resultado da votação assustou os empresários: 38 votos a favor, nove a menos do que o necessário para a sua aprovação. A partir daí, as articulações intensificaram-se: a um canto do plenário, o senador Albano Franco

(PMDB/SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, e o presidente da Fiesp, Mário Amato, ouviram do deputado José Maria Eymael (PDC/SP) que não havia consenso sobre em que parte do texto sua emenda — prevenindo a indenização e o aviso prévio proporcionais ao tempo de serviço — seria inserida. Os empresários defendiam que esse texto fosse vinculado ao artigo sobre a estabilidade, e a liderança do PMDB preferia vê-la no elenco dos direitos dos trabalhadores, deixando a proibição da demissão como conceito autônomo.

Assim que Albano Franco reagiu negativamente à informação, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, aproximou-se e começou a conversar com os empresários. Amato lhe disse que sua classe pretendia impedir que os trabalhadores fossem demitidos indiscri-

minadamente, mas queria também garantir a possibilidade de indenização. Eles começaram a examinar de que forma isso seria enxertado no texto a emenda de Eymael. Amato insistia em acoplar ao inciso sobre a estabilidade, dizendo que assim o acordo estaria fechado:

— Você sabe muito bem o que vai acontecer se for aprovada a estabilidade total e absoluta — disse o presidente da Fiesp a Meneghelli. — Vai ser um festival de despedida, uma loucura. Nós queremos algo bom para o Brasil. Não dá para ficar fazendo demagogia.

A esta altura, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, juntou-se ao grupo. Meneghelli afirmou que os dirigentes sindicais não querem "nem o mau empresário e nem o mau trabalhador".

## Pela manhã, nenhuma polêmica

A sessão da Constituinte realizada ontem de manhã, reuniu poucos parlamentares — o máximo de 20 no plenário — e não discutiu questões polêmicas. A presidência foi ocupada sucessivamente pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (FTB/SP), pela deputada Benedita da Silva (PT/RJ), pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) e novamente por Benedita, que recebeu a homenagem dos deputados Doreto Campanari

(PMDB/SP) e Haroldo Sabóia (PMDB/MA).

Durante três horas e meia os constituintes ocuparam a tribuna para fazer variados pronunciamentos, que incluíram problemas na Sudepe, na Previdência, o acidente radiativo em Goiânia, homenagens a "Che" Guevara e cobranças. O deputado Vítor Façioni (PDS/RS) criticou o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Madalhões.

### OS 3 ARTIGOS EM DISCUSSÃO

**CABRAL 0** — Para os trabalhadores, este é o mais completo dos textos sobre os direitos sociais, integrante do substitutivo do senador Almir Gabriel, relator da Comissão da Ordem Social. Assegura estabilidade no emprego, uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e creches aos filhos de até seis anos. Seu caput foi aprovado ontem para integrar o Projeto de Constituição.

**CABRAL 1** — A estabilidade no emprego se reduziu à proteção contra despedida imotivada ou sem justa causa; a jornada passou a ser delimitada por oito horas diárias de trabalho; o texto não especifica se é o empregador quem deve garantir creches aos filhos do empregado. Garante o direito à greve, na forma da lei, e a livre sindicalização ou não de todos os trabalhadores.

**CABRAL 2** — O substitutivo em votação especifica as formas de despedida imotivada, a que está limitada a estabilidade do trabalhador. Mantém a redação do Cabral I em vários incisos, incluindo as oito horas diárias de trabalho, isenta a pequena empresa, com até dez empregados, da aplicação dos dispositivos que tratam da estabilidade no emprego. E o texto mais enxuto.

## Calmon aponta avanços para a educação

O senador João Calmon (PMDB-ES) afirmou ontem, durante pronunciamento em sessão da Constituinte, que a Assembléia tem dado tratamento adequado à questão da educação. Para Calmon, a nova Carta vai avançar, pois o substitutivo do relator Bernardo Cabral prevê algumas inovações. "A primeira — explicou o senador — é a ampliação de 13 para 18 por cento da receita de impostos da União a parcela a ser destinada ao setor. A segunda é a manutenção da aplicação de 25 por cento nos demais níveis de poder". O senador Capixaba, lembrou que tais avanços só estarão garantidos se os constituintes se conscientizarem de que é preciso manter o texto como está, e que só será possível através da rejeição dos destaques contrários propostos.

João Calmon disse que o primeiro substitutivo do relator, ao contrário do que havia sido acertado nas comissões temáticas, não previa o "princípio da vinculação". Mas o senador explicou "Tudo não passou de um mal-entendido. Conversei com Cabral e a vinculação foi reestabelecida". Calmon apelou aos demais constituintes presentes: "É hora de pensarmos nas crianças do Brasil. Só através da educação poderemos libertar o País do humilhante subdesenvolvimento", insistindo na aprovação do substitutivo.

Calmon prestou ontem uma homenagem ao presidente Ulysses Guimarães, por ocasião do seu aniversário, comemorado terça-feira. Elogiou a atuação política de Ulysses e afirmou que "a diferença do político para o estadista é que aquele se preocupa com a próxima eleição e este com as gerações futuras".